



CONSULTA PRÉVIA

CPG/64/2020

AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTA

Caderno de Encargos

Novembro 2020

1 – CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

1. O contrato a celebrar tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTA”.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei nº 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho, pelo DL n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com a Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, e a Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, e ainda pelo DL n.º 33/2018, de 15 de maio, e doravante designado por CCP.
3. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008, o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV correspondente a esta aquisição é o seguinte: 50111100-7 – Serviços de gestão de frotas de veículos.

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é constituído pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os elementos seguintes:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões ao Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a sua proposta.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos

ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º, do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do art.º 101.º, do CCP.

Cláusula 3ª – Prazo de execução do contrato

1. A duração do contrato é de 24 meses, contados da data sua assinatura, ou da data da notificação de adjudicação.
2. A entrega dos bens deve ser efetuada, após a receção da requisição/pedido da entidade adjudicante, num prazo máximo de 15 dias uteis.
3. A entrega dos bens deve ser realizada em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tais como a garantia dos bens.

Cláusula 4ª – Preço base

1. O preço base total para aquisição dos bens que constituem o objeto da presente consulta prévia, é de 20.000,00 € (vinte mil euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Sendo o preço base o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto conforme disposto no n.º 1 do art.º 47.º do CCP.
3. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a APIN, EIM, SA. pagará ao Adjudicatário, o valor que resultar da multiplicação dos preços unitários constantes na proposta adjudicada pelas quantidades de bens efetivamente fornecidos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas.

Cláusula 5ª – Obrigações do fornecedor

1. Sem prejuízo das obrigações constantes no capítulo IV – Aquisição de bens móveis, do Título II – Contratos Administrativos em Especial, da Parte III –

Regime Substantivo dos Contratos Administrativos, do C.C.P., o adjudicatário compromete-se a dar atendimento adequado à satisfação das necessidades do adjudicante, no que diz respeito ao fornecimento dos bens móveis objeto do contrato que se encontram no âmbito deste procedimento.

2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade própria das melhores práticas.
3. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6ª – Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeita às exigências, prazos de garantia e demais obrigações legais, aplicáveis no âmbito de um contrato de aquisição de bens móveis, nos termos do disposto no artigo 438.º do CCP, bem como de princípios e normas comunitários que também sejam aplicáveis à aquisição destes bens móveis.

Cláusula 7ª – Dever de Sigilo

1. O adjudicatário objeto do contrato deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que tenha conhecimento em virtude da execução do contrato.
2. A informação e documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação ou documentação que seja comprovadamente do domínio público ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei ou de processo judicial.

Cláusula 8ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório,

no caso do adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se violação grave o atraso no fornecimento dos bens móveis objeto do contrato superior a 15 dias de calendário, sem que o mesmo tenha sido devidamente justificado e essa justificação aceite pela entidade adjudicante.

Cláusula 9ª – Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor dos bens, pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, com exceção da situação descrita no número anterior, em que poderá ser exercido mediante declaração ao contraente público, aplicando-se o disposto no n.º 4), do art.º 332.º, do CCP.

Cláusula 10ª – Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual de qualquer das partes rege-se pelo disposto no CCP.

Cláusula 12ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser

dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme disposto no CCP.

2. Qualquer alteração deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 13ª – Contagem de prazos

1. Os prazos previstos para a formação do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 470.º do CCP.
2. Os prazos previstos para a execução do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 471.º do CCP.

Cláusula 14ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 – CLÁUSULAS ESPECIAIS

Cláusula 15ª – Especificações técnicas

(a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º do CCP)

Solução de Software para Gestão de Frota

Generalidades

Pretende-se munir o gestor de frota de múltipla informação, relativa à sua frota e respetivos condutores, através de solução composta por Hardware instalado nas viaturas e Software de gestão e comunicações.

Com base na informação disponibilizada que, entre outras, terá de abranger a localização, alertas e dados técnicos dinâmicos da viatura, gestão de combustíveis e manutenção da frota, pretende-se conhecer em tempo real a disponibilidade e condições da frota.

Desta forma, pretende-se dotar o gestor de frota do conhecimento para que possa tomar medidas imediatas no sentido de otimizar recursos e meios, além de, por via da disponibilização de relatórios ficar com a informação necessária de modo a ter a possibilidade de organizar, planear e otimizar futuras ações.

Hardware

Para a aquisição da informação nas viaturas deverá ser feita uma ligação direta à centralina da viatura, por dispositivo não intrusivo, sempre que as viaturas a possuam e exista compatibilidade técnica.

No caso de não existir centralina, ou compatibilidade técnica para aferição dos dados da mesma, deverá ser fornecido um equipamento equivalente que permita aferir, no mínimo, quilometragens e dados de combustível. Não são admitidos dispositivos de ligação a fichas de diagnóstico ou OBD.

Deverá existir um dispositivo identificador intransmissível, atribuído a cada condutor. A instalação deste dispositivo não pode provocar danos elétricos ou estruturais à viatura.

Para as viaturas de recolha de resíduos, deverá haver a possibilidade de ligação de um sensor à tomada de força (desde que exista a necessária compatibilidade técnica), de modo a ser possível monitorizar o número de ativações assim como o tempo que esteve ativada.

Software de gestão e comunicação

A solução a adotar, composta por hardware instalado nas viaturas e software de gestão e comunicação, terá de permitir que os equipamentos instalados

comuniquem com um sistema central, partilhando as informações relativas ao veículo. Esta informação é processada pelo sistema, ficando disponível on-line e em tempo real (quer via web quer via API – Androide e iOS), para gestão e monitorização do serviço.

Além das funcionalidades mais comuns para este tipo de solução, tais como a localização das viaturas, dados técnicos dinâmicos das viaturas, gestão de combustível, alertas, avisos, elaboração de relatórios, entre outras funcionalidades importantes, também deverá haver a possibilidade de:

- Gestão Administrativa e de Custos, com a possibilidade de introduzir dados relativos a inspeções, revisões, pneus seguros e outros e configurar avisos em função de datas e quilometragem/horas de trabalho
- Colocar na mesma plataforma de Gestão Administrativa e de Custos, de base web, todos os dados relativos a custos da viatura, permitindo extrair balanços da mesma em formatos .pdf e .xls;
- Tanto a plataforma de acesso ilimitado aos serviços de localização de viaturas, assim como a de gestão administrativa deverá permitir configurar níveis de acesso personalizáveis em função do tipo de utilizador e/ou funcionalidades;
- Importação para a Plataforma de pontos e/ou áreas de interesse já existentes em base cartográfica;
- Exportação de percursos em formato apropriado para inclusão direta em base cartográfica;
- Exibição dos trajetos com os registos de localização individuais de mudanças de direção e outros fatores relevantes, sem união de pontos de registo
- Possibilidade de criação de relatórios personalizados, sem custos adicionais;
- Disponibilização de API's e Webservices, para integrações com outras plataformas, por exemplo a plataforma de gestão de exploração "NAVIA";
- Importação dos dados de manutenção das viaturas existentes, para a plataforma de Gestão Administrativa, sendo importante a possibilidade de importar todo o histórico das viaturas;
- Via Web ou através de uma API (sistema Android ou iOS) e de forma imediata ou programada, haver a possibilidade de transmitir tarefas/informações a um dispositivo movel (condutor) associado à plataforma.

Serviço

A prestação do serviço deverá:

- Incluir todas as comunicações nacionais e roaming UE, GSM e GPRS, no serviço prestado;
- Manter atualizados todos os conteúdos geográficos;
- Disponibilizar os dados relativos às viaturas durante 6 meses em front-end e 5 anos em servidor;
- Permitir a troca de dispositivo (Hardware) sem qualquer custo, desde que a desinstalação e instalação ocorram no mesmo momento;
- Permitir a possibilidade da inclusão de viaturas, previstas ou não no procedimento de concurso inicial, desde que efetuadas nos 120 dias seguintes à data de outorga do contrato;
- Assegurar que o valor mensal unitário a pagar por cada viatura, apenas respeita ao serviço prestado. Não deverá haver custos com equipamentos, instalação, assistência, peças ou permutas;
- Assegurar que o valor mensal unitário a pagar por cada viatura se mantém durante a vigência do contrato.

Suporte

O fornecedor do serviço deverá disponibilizar um suporte ao contrato por forma a assegurar:

- Garantia de apoio técnico imediato, por técnico especializado, com capacidade de resolução efetiva, via telefone, 24 horas por dia;
- Manutenção e garantia total do equipamento (peças, mão-de-obra e deslocamentos), durante o período de vigência do contrato;
- Disponibilização de uma sala de controlo 24h com técnico especializado, e com capacidade de resolução efetiva, que emite alertas telefónicos imediatos no caso de falhas de bateria ou tentativa de manipulação do equipamento, assim como coordenação com as autoridades no caso de furto da viatura;
- Ação de formação presencial para um número ilimitado de utilizadores;
- Gestor de Conta dedicado, especializado, para esclarecimento de questões técnicas, de funcionamento e faturação.

Cláusula 16ª – Dimensão da frota

Dimensão da frota

A frota, no arranque, será composta por, pelo menos, 16 viaturas pesadas e 24 viaturas ligeiras. Ao longo do primeiro ano, é expectável que venha a atingir um total de 24 viaturas pesadas e 46 viaturas ligeiras. No total, prevê-se que a solução de gestão de frota venha a abranger 70 viaturas.

Penela, 3 de novembro de 2020